

Aprender a pisar leve – Entrevista a Sandra Benites

por Luísa Cardoso e Tobi Maier (Galerias Municipais)

Tobi Maier: Bom dia. O meu nome é Tobi e estou aqui com a minha colega Luísa, que trabalha comigo no Jornal. Estamos muito contentes por você ter aceitado o convite. Luísa, queres começar?

Luísa Cardoso: Sandra, muito obrigada por ter aceitado fazer esta entrevista, foi um prazer aprofundar alguns aspetos do seu trabalho e ler o que escreveu até agora. E para não tomar muito do seu tempo, passava a uma das primeiras perguntas, às quais a Sandra também já teve acesso.

Ao ler as suas teses de licenciatura e de mestrado, apercebi-me que tanto no seu trabalho sobre o ensino, como no seu trabalho curatorial, a Sandra sublinha bastante a importância de dar voz a diferentes narrativas: diferentes não apenas das narrativas *jurua* [não indígenas], mas também enfatizando a diversidade de visões do mundo entre os vários povos indígenas. Como é que lhe parece que o sistema de ensino e os museus poderiam contribuir para dar visibilidade e para legitimar essas diferentes narrativas?

Sandra Benites: Bom dia, primeiro eu quero agradecer o convite também, que a gente se falando é um prazer. [É] conhecer assim através da tela, mas é importante a gente se ver... É melhor assim para a gente conversar, dialogando de uma forma um pouco mais parecida com uma conversa mesmo.

Então, desde pequena eu fui educada de uma maneira que se diz educação tradicional. Eu vou contextualizar um pouco: aqui no Brasil hoje existem 305 etnias. O que é que são etnias? Etnias são identificados, aldeados, que já têm mais ou menos nos caminhos que politicamente discutindo algumas questões sobre esse grupo étnico. [Existem] 274 línguas hoje, mas já existiram mais, porque algumas foram silenciadas. Hoje, através da universidade, através da luta, da resistência, dos próprios indígenas académicos... vimos ocupando essa retomada da questão da língua, da questão da narrativa.

Voltando à minha relação com essa amplitude. Essa conexão que eu faço é... eu trago, na verdade, as minhas inquietações, que estão dentro de mim; eu carrego comigo aquela educação que eu recebi das minhas avós, da minha família, das mulheres Guarani. Dentro dessas 305 etnias, eu sou Guarani. Guarani existe hoje no Paraguai, na Bolívia, na Argentina e no Brasil. Então, nós temos esse conhecimento: cada etnia tem sua perspectiva de vida, de olhar, de entender o mundo. Depende da forma como cada um se organiza. Só que todos os indígenas têm questões comuns: a sua relação com seres da terra, sua relação com a terra, com os espaços nos quais estão inseridos.... Cada etnia tem sua forma de entender o surgimento do mundo, naquela perspectiva que cada um traz. Isso todos nós temos em comum enquanto indígenas.

Voltando à minha perspectiva enquanto Guarani sobre essa educação: existe uma educação guarani ...e existe uma educação escolar, educação escolar que vem de fora, que vem imposta a partir dessa visão do outro. Durante muito tempo, isso prejudicou muito os indígenas, porque a gente não tinha direito de falar a partir da nossa língua, da nossa perspectiva. Isso foi proibido: a nossa língua materna. Isso aconteceu muito no Brasil, foi proibido há séculos e isso trouxe muita violência para a população indígena e silenciamento, apagamento, esquecimento dos próprios indígenas. A Constituição de 1988 garantiu para a população indígena a retomada das suas línguas, da sua forma de falar, do seu costume, da tradição... Garantiu que os indígenas tenham a possibilidade de retomar essa sua ancestralidade e isso ajudou a gente hoje a entender que é a escola e a educação tradicional da própria comunidade indígena que faz essa linha de conexão. É um diálogo que pode trazer para uma escola aquilo que a gente entende como se fosse uma tradução, uma tradução de perspectiva. Hoje muitas aldeias têm escolas de ensino que vêm de fora, mas também têm a nossa própria forma de ensinamento, a qual a gente faz dialogar nesse lugar, nesse espaço escolar. Isso ajudou a gente: embora tenha várias dificuldades, nós temos mais condições de a gente falar sobre esses nossos saberes, sobre esse conhecimento que foi silenciado durante séculos.

É isso que a gente pode hoje trazer de novo, como [aquilo que] eu chamo de retomada, retomada de vários aspectos dessa questão. Hoje a maioria dos indígenas — acadêmicos, intelectuais, lideranças, artistas — traz a perspectiva de narrativa enquanto indígena, enquanto saber. A gente traz isso para a sociedade não indígena (para a outra sociedade que não tem conhecimento sobre esse nosso saber), essa nossa visão de mundo. É uma tentativa de a gente trazer como [que] um encontro de conversa, para que a própria sociedade entenda que existe uma outra forma de saber, que pode lidar com esse espaço que a gente sempre preserva [quando fala] sobre o próprio espaço-território.

Eu acredito que isso são vários exemplos. Eu posso dar um exemplo que é a educação tradicional guarani. A educação guarani é um processo, desde o nosso entendimento espiritual, ao nosso próprio comportamento, à forma de se relacionar com o outro... Tudo isso vai vir a partir dessas narrativas que a sociedade não indígena chama mitologia. Para nós é uma narrativa que é a base da própria organização dessa sociedade à qual eu pertença enquanto Guarani. Porquê? Porque isso é que vai servir como base para a gente entender o mundo no qual a gente está. Então, a partir disso tem vários outros. Eu vou dar um exemplo: quando existem meninas e meninos, há rituais diferentes. Há um ritual que é mais comum e é mais rígido com os meninos, com os homens. Quando estão na faixa etária de engrossar a voz, de trocar a voz, eles vão ficar restritos num determinado espaço para aprenderem a lidar com seres da terra, seres da terra incluindo humano e não humano. Nesse período, eles vão aprender como falar com o espírito das árvores, com o espírito das pedras, com o espírito dos rios —eles vão aprender a lidar com isso. Para nós Guarani, os seres da terra têm os seus espíritos: árvores, rios, matas, e animais... Todos eles têm esses espíritos. Então, a gente tem de saber lidar com esses espíritos que nos alimentam.

Quando esses meninos vão caçar, quando vão matar animais, eles têm de fazer um ritual pedindo permissão para o espírito desses animais que eles vão caçar, para nós consumirmos, na verdade, para alimentar o nosso corpo. Não existe essa brincadeira. Eles falam assim: “A gente não pode brincar com o espírito dos animais, a gente somente vai caçar e matar para nos alimentarmos, porque a gente depende deles para sobreviver, para viver e seguir em diante.” A gente precisa respeitar inclusive aquilo que a gente vai comer, aquilo que vai alimentar o nosso corpo. E quando a gente também vai plantar, quando faz plantio, roças, tudo o que vai alimentar o nosso corpo, também existem rituais na colheita para poder alimentar, ser saudável, para que esses alimentos estejam vivos, para nos alimentarem também da energia positiva — então por isso a gente faz esses rituais.

Isso é muito importante discutir sempre, levar sempre adiante, independentemente de ser o espaço escolar, o espaço universidade, o espaço artístico, o espaço do museu ou da galeria. É importante explicar isso através da própria...[arte]. O que pode ajudar a gente a explicar essas narrativas, esse entendimento, nosso saber, é a arte, que pode atravessar para explicar para outra sociedade que não tem um pensamento como o da gente.

Porque é que isso é importante? É importante porque é assim que a gente preserva o mundo, é assim que a gente preserva os seres da terra e todos os elementos que estão em torno da gente. Por exemplo, a floresta, os rios, as águas — tudo isso a gente vai preservar dessa maneira. E isso é importante, é o nosso método de ensinar de gerações para gerações, para eles entenderem que isso é muito importante para preservar o mundo — não só o nosso corpo, mas também todos os seres da terra, incluindo outras sociedades que existem no mundo.

Por isso é que a gente tem esse formato de educação, o qual é um processo de cada etapa, pois cada um tem a sua forma específica de ensino e aprendizagem, que é uma questão que eu acho super importante, que não pode se perder. E quando em muitas aldeias (hoje, “aldeia” é onde existe a comunidade indígena no espaço territorial) existe esse avanço de usina, esse avanço de criação de gado e de várias outras [coisas] que prejudicam a população indígena, então a gente enquanto indígena é impedido de continuar essa nossa sabedoria, essa nossa educação, essa nossa forma de pensar. Por isso é que quando se trata de educação, quando se trata de saúde, quando se trata de arte e de várias outras questões, não tem como nós indígenas discutirmos essas perspectivas sem o próprio território e sem esses elementos que fazem parte do nosso próprio conhecimento, para que a gente avance no futuro.

Existe uma questão que um aprendiz me falou assim: “Não existe futuro sem um passado”. Se você quiser garantir o futuro, é necessário que você compreenda e respeite o passado, para você avançar no futuro. Porque isso é o que vai fazer a gente continuar com saúde, com alegria... De várias maneiras, positivamente, a gente pode seguir adiante. Então, isso é muito complexo, essa pergunta. Que bom que veio essa pergunta.

Eu também estou fazendo um esforço enorme para poder traduzir, porque a minha língua é guarani, a segunda é o português brasileiro e aí eu tenho essa dificuldade às vezes a traduzir. Eu tenho que me esforçar muito para poder fazer essa tradução, mas esse esforço que eu estou fazendo é exatamente para poder repassar esse entendimento para outra população, para outra sociedade que não tem esse entendimento, para poder amenizar essa discriminação que existe no mundo. Porquê? Porque essa discriminação, o racismo, todas essas questões, elas surgem a partir da não escuta, de não entendimento do outro. Porque nós existimos no mundo, entendemos várias narrativas, e isso vai depender em qual grupo você se insere: enquanto Guarani, enquanto Caingangue, enquanto população negra, enquanto branco... Todos nós temos as nossas origens, os nossos espaços, a nossa caminhada. É importante todo o mundo ser entendido nesse lugar, para que a gente viva de facto mais harmoniosamente, sem discriminar, ou sem passar essa violência ou inferiorizar o outro. Porque eu acho que isso é a questão: esse domínio de poder sobre outro, exatamente existir essa sociedade que coloca o sentimento de poder sobre outro. É muito difícil a gente hoje enquanto sociedade, enquanto humano, se resolver, mas é importante: a gente precisa se escutar, escutar o outro, entender, compreender. Não é fácil, é um desafio porque nós somos humanos, mas é importante a gente se entender para amenizar um pouco, para a gente se compreender melhor, para que a gente de facto caminhe junto, coletivamente, respeitando essas diversidades, narrativas, caminhadas — para a gente caminhar mais harmoniosamente junto. Com toda essa diversidade, mas respeitando mais, compreendendo mais. Porque é impossível a gente saber de todos, [de todas as] coisas, mas é importante a gente pensar, entender, compreender quais as nossas lutas como humano e como não humano, quais as lutas que nós temos em comum, como humano e não humano, quais as nossas lutas enquanto mulher, enquanto indígena, enquanto população negra. E aí, quais os desafios que podem nos unir, para a gente combater aquilo que é importante para todos nós, para todos nós humano e não humano.

Então, eu acredito que quando a gente se coloca a pensar como todos, todos nós, hoje, mundialmente, estamos falando sobre a luta para preservar o planeta Terra, e isso depende de humano e não humano, num lugar a que a gente chama de *yvy rupa*. O que é o *yvy rupa* para nós Guarani? O *yvy rupa* significa o berço, o espaço do nosso descanso. Nós entendemos que a Terra é um berço, como se fosse uma cama para todos nós descansarmos enquanto estivermos na Terra. Enquanto tiver a Terra para a gente descansar, existe esse corpo. Esse corpo seria feminino. Não é qualquer corpo: é feminino, é uma mãe que a gente chama de *Nhandesy Ete'i*. Seria a nossa mãe verdadeira, é ela que acolhe como se a gente estivesse no colo da mãe quando a gente está na Terra. E por isso é que nós temos muito essa afetividade e a sensibilidade de a gente aprender a pisar leve. Como por exemplo a dança dos homens que se chama (*jeroky*) *ywyrá'ija* e (*jeroky*) *ywyrá'ija* é a dança dos homens, são os homens que dançam aquela dança dos homens; ela é muito tensa, ela é muito forte de movimento, e aí é onde os homens disputam contra os próprios homens. Para quem sabe escutar melhor, quem tolera mais, quem tem mais paciência, para poder desenvolver essa

paciência de escuta... E aí eles têm de aprender a lidar com o corpo deles, é onde eles têm de pisar leve, eles aprendem a pisar leve. Porque é que eles têm de aprender a pisar leve? Pisar leve significa você ficar atento, atento em tudo. Nós entendemos que o corpo, o chão que a gente pisa, é o corpo da nossa mãe; então, por isso, a gente precisa aprender a pisar leve, a ficar atenta nesse espaço em que a gente vive enquanto carne e osso. Porque nós sabemos que a carne e osso, para nós Guarani, é um momento só, e depois você pode seguir adiante [com] seu espírito, nosso espírito, nossa voz, nosso espírito. O nosso espírito é eterno, só a nossa carne, nossos ossos [é que] em algum momento [vão] viver na Terra, e a gente chama isso de *yvy rupa*. Para os não indígenas, para a sociedade, nas outras línguas, seria planeta Terra, mas a gente chama de *yvy rupa*. O *yvy rupa* quer dizer: *yvy* é o chão ou a Terra; *rupa* quer dizer onde você descansa, como se fosse um berço, uma cama, porque a gente entende que a Terra é um corpo feminino, deitado, como se ela estivesse ali eternamente deitada, cedendo o corpo para um mundo, para os seres da terra estarem descansando. Por isso é que a gente entende que é o corpo: a Terra é um corpo feminino.

Eu posso falar de várias outras coisas, mas resumindo, o que eu tenho a dizer sobre a educação guarani e a educação de outras formas... A gente hoje precisa se unir, unir vários saberes para a gente pensar sobre esse corpo feminino, porque as coisas estão muito violentas. Mas porquê? Exatamente porque a gente não está respeitando, porque a gente vive com raiva, a gente vive stressado, a gente vive frustrado. E aí, esse ambiente que nos afeta, é exatamente por conta dessa não escuta. A gente vive muito acelerado, a gente não escuta o nosso sentimento, a gente não escuta o outro, a gente não consegue pisar leve, a gente não consegue ficar um momento refletindo, olhando o corpo feminino como um mundo, como chão, como respeito. Então, tudo isso é uma narrativa que nos ensina a entender esse mundo. Essa narrativa é contada no dia-a-dia por mulheres.

Existem várias versões de narrativa, mas é importante que a gente entenda que essas versões de narrativas fazem parte do processo da caminhada. É por isso que não existe narrativa “verdade” ou “inverdade”. Existe narrativa com diversos olhares, e também depende do tempo, do momento que está sendo contado, por quem está sendo contada, se é homem, mulher, um jovem, uma criança... Isso a gente também tem que levar em conta, por isso é que a narrativa é a base de tudo para a nossa sociedade refletir naquilo que a gente é de facto, como é que a gente vai seguir para futuro. Então, a gente questiona a narrativa do passado para a gente avançar no futuro. É super importante, porque a narrativa vai explicando toda essa sabedoria, como é que a gente pode seguir em frente, o que é que a gente pode levar em frente, e o que é que a gente deixa para trás. Por isso é que são importantes as narrativas. As narrativas são super importantes para se conectar com várias questões e vários aspetos também. Eu acho que a narrativa explica essas memórias, porque é importante a gente olhar para o passado e mexer o passado, o que é que é importante a gente levar para a frente, o que é que é importante deixar para trás. Porque é que a gente não pode avançar com aquilo que não foi bom para aquele lugar, para aquela sociedade, para aquele grupo, para aquelas mulheres ou para os homens, ou para as crianças... e isso é uma questão.

Eu acho que falei muito [risos]. Na verdade é isso, eu estou dando alguns exemplos.

Essa minha formação, ela é a junção da minha sabedoria ancestral na qual eu aprendi (como vivi com as minhas avós guarani, no meu entendimento, no meu ensinamento) com a universidade. Na verdade, as universidades me provocaram essa reflexão, exatamente por ter dificuldade de entendimento ali. Eu falei: “Opa! Eu trago isso comigo, e porque é que não existe aqui? E eu quero discutir isso.” Então a gente também traz, através da provocação da própria universidade. Porque [a universidade] nos provoca. Por exemplo, para nós, mulheres guarani, quando a gente está no período menstrual, a gente fica no silêncio; e na sociedade, nesse espaço acadêmico, onde as próprias mulheres estão inseridas, não se discute sobre essas questões. E aí eu percebi que muitas das vezes o corpo feminino não se discute a partir da realidade. Por exemplo, as mulheres que sangram têm a necessidade específica de muitas vezes precisar [de] descansar, [de] respirar. Mas isso não está sendo... não está acontecendo isso. Então eu fiquei muito assustada e falei: “Não, isso eu preciso discutir. Isso no meu conhecimento, no meu saber, na minha educação — ela é muito importante.” Só que aqui ninguém discute, e aí eu preciso discutir sobre isso. Então a partir daí, a Academia me provocou exatamente por conta dessas dificuldades. Então eu acho que é mais ou menos isso. [risos] Não sei se eu expliquei...

LC: Eu acho que sim, que tocou em várias das perguntas que nós tínhamos pensado. Uma questão que abordou nesta sua resposta foi a questão da diversidade linguística entre os povos indígenas, a qual, tal como os seus territórios, está sob ameaça. A preservação das línguas indígenas relaciona-se de imediato com a questão da dominação cultural da língua portuguesa. A tradução, como a Sandra também referiu, é muitas vezes difícil, se não mesmo impossível: é um esforço que faz nesta luta para dar voz ao povo Guarani, a todos os povos indígenas. No entanto, para reivindicarmos os seus direitos, os indígenas têm de tentar essa “tradução”, o que significa também aprender conceitos *juruá* que não se adequam à realidade indígena, mas que se revelam imprescindíveis para encetar um diálogo com o poder político e acadêmico. Como pensa que se podia reverter esta situação?

SB: Então... Esse é um desafio que todos nós temos, eu acho [que é algo] extremamente desafiador para todos nós e para todos os parceiros, mesmo noutras culturas. Eu acho que é importante, por isso é que eu falo que é importante ocupar esses espaços. Não só ocupando, eu acho que é preciso ser questionado, porque não adianta a gente falar, não... Vamos supor que foi criado esse diálogo de várias maneiras e a noção de discussão ... O que é que é bilingue ou trilingue? Então, quando se trata de bilinguismo, às vezes, no meu ponto de vista, é como eu falei na minha dissertação: “o que é falar na língua, e o que é viver na língua”. Tem determinadas coisas que a gente não fala, só vive. E essa vivência, ela requer prática, como eu falei no começo. Então ela retorna de novo... Se você não fala, somente vive, você precisa praticar. Num costume guarani, ou num costume indígena de um modo geral, a prática é muito importante para desenvolver seus saberes, para levar adiante seus saberes. Ela [a prática] precisa ter esses elementos: por exemplo, o rio, Mata Atlântica, é

preciso ter animais... É preciso ter todos esses elementos para eles continuarem praticando seus rituais. E se não tiver mais esses elementos, não existem rituais. [A mesma coisa se passa se a gente pensar só teoricamente]: esse pensamento, só pensamento, ele traz uma angústia, depressão muitas das vezes. Hoje nós estamos no meio da pandemia, e aí a gente não pode sair de casa; a gente só pensa, temos ideias na nossa cabeça; quer encontrar amigos, quer conversar com os amigos, quer encontrar os parentes, quer ir na praia, quer sentar numa sombra, descansar, mas não o conseguimos fazer. Então isso traz angústia para todos nós, não só para os indígenas.

Falando especificamente dos indígenas: quando acabam esses elementos, quando não tem um retorno que dá suporte para eles praticarem essa sua sabedoria, seus costumes, suas línguas... Porque é neles que existe a língua também. Se eu falar assim: idjara. O que é que é idjara? Idjara é na verdade esses espíritos dos seres da terra, idjara das pedras, idjara dos rios, idjara das árvores, idjara dos animais... Aí eu vou falar sobre esses idjara — porquê? Porque eu sei que existe, e se um dia não existir mais, o idjara vai sumindo do meu vocabulário, vai sumindo esses idjara. E quando a gente pensa, [quando a gente] fala uma palavra idjara, já vem aquele mundo na nossa cabeça: não é somente palavra falada, também é uma palavra que traz pensamento. Então essa é que é a questão: se esses elementos não existirem mais, e [se] não podermos praticar mais nossos costumes, nossas tradições, esse pensamento também fica angustiado, fica deprimido. E aí é onde a gente fica vulnerável, a gente fica doente — então essa é que é a questão.

Eu acho que essa questão da língua, da cultura, da tradução, ela não é somente traduzir, não é somente bilingue. Porque ser bilingue é importante [para] a gente [se] entender; eu falo português, eu falo guarani, mas eu sou mais Guarani do que Português [risos], porque o meu pensamento todo é guarani. E eu não sou bilingue. Eu posso falar na língua portuguesa, mas eu não sou bilingue, eu sou da língua guarani, eu sou monolingue na língua guarani. Eu tenho algumas palavras que gosto de usar quando estou stressada, mas como na língua guarani não tem, eu uso português. Isso é um instrumento que a gente tem para poder expressar também a nossa própria raiva, às vezes, o nosso próprio sentimento, a nossa própria brincadeira...

Então, a gente usa essas palavras como um instrumento mais para a gente se fortalecer naquilo que a gente [precisa]... Eu acho que é importante você aprender a falar outra língua. Às vezes você se comporta como aquela língua também, porque isso também é muito... isso é um desafio para você, se comportar como outra língua. Por exemplo, no nosso costume guarani, pode ter 50 pessoas no mesmo espaço, 50 pessoas, e você vai escutar silêncio total quando uma pessoa está falando. Aí vai falando devagar... Porquê? Porque a gente desenvolve a escuta. Uma pessoa guarani não fala alto. Agora eu já falo alto, porquê? Porque eu tive de aprender a falar alto aqui na sociedade *jurua*, não indígena. Porque o português é assim, você tem de falar alto, tem de gritar aqui, porque senão ninguém te escuta. E às vezes fica com raiva, e fala palavrão e tudo isso. Isso é um movimento no qual eu tive de me inserir para poder sobreviver — isso é sobrevivência. Mas mesmo assim, às vezes eu... respiro

fundo e volto para o meu ser guarani [risos], porque senão às vezes a gente fica muito angustiada.

Mas é bom.... É bom porque você aprende a sobreviver naquela língua. Porque se você é monolíngue numa língua como o guarani é mais fácil você se apagar totalmente por conta desse poder de circulação da língua portuguesa. Porque todas as coisas existem na língua portuguesa: existe os media, cartaz, livro, é tudo, tudo, tudo só na língua [portuguesa]... É a televisão, é a rádio, é tudo, tudo, tudo só [em português] ... E a gente que fala na língua materna — guarani, por exemplo —, a gente só se fala entre nós numa aldeia. Então a gente não tem poder de falar, mas é importante a gente falar o que somos nós, [é] importante ser. Claro que é impossível a gente falar para todo o mundo falar guarani, não! Porque existem 274 línguas no Brasil. Mas é importante que o local entenda essa língua. Eu acho que é importante se discutir essas questões.

Como é que, por exemplo, as enfermeiras, os pesquisadores... quando vão numa comunidade... Por exemplo, na questão da saúde, hoje, a gente está enfrentando um maior desafio, porque tem muitos parentes — eu falo [dos] meus parentes indígenas — que ainda não falam português. Então, quando eles vão para o hospital, quando saem da sua aldeia e vão para o hospital, têm maior dificuldade em falar e às vezes eles ficam mais doentes por causa de não saber falar. Eles ficam tão angustiados e aí eles ficam mais doentes. Porque já vai naquele lugar, pois os hospitais não são lugar de alegria para as pessoas: a gente só vai porque precisa de tomar remédio ou seguir algum procedimento. E você fica ali mais assustado, mais angustiado. É claro que ela [a angústia] diminui a nossa... digamos assim, a nossa resistência.

Então isso é muito difícil para nós indígenas, é muito complexo. (...). Eu acredito que a gente pode atravessar essas traduções exatamente através desse encontro, de escuta, e através desse encontro, de observar o outro, através da própria arte, digamos assim. Através da arte a gente pode atravessar. Por exemplo, aqui no Brasil existem várias colônias: colônia de alemães, colônia italiana, colônia portuguesa, colônia japonesa, colônia de tudo quanto é coisa. Todos eles têm as suas atividades, a sua comida, as suas artes, várias outras coisas, as feiras, que oferecem para a sociedade local. E através dessas feiras, dessas atividades, eles vão oferecendo essas informações. Mas nós indígenas, nós não temos. Não temos esse espaço pelo menos uma vez por mês, a cidade não promove esses espaços para que a sociedade local, a sociedade de outros lugares conheça essa população, não existe isso. Então a gente fica totalmente isolada. É muito difícil, hoje, por mais que existam lideranças, artistas, indígenas intelectuais de várias formas, vários acadêmicos, lideranças femininas, organizações de mulheres indígenas, de jovens indígenas. Estamos nessa luta para fazer essa campanha [contra essa] discriminação, essa mega ação que a gente vive hoje. Mas é muito pouco ainda diante desse mundo que é muito grande, o que a gente faz nesse esforço. E é engraçado que eu falo isso porque a gente faz esse esforço: a gente sai da nossa aldeia para vir para a cidade ensinar, repassar esse conhecimento para outra sociedade.

E porque não se faz diferente? Porque não se vai na aldeia para ver a realidade, que é muito difícil? E, muitas das vezes, as pessoas acham que a gente não passa

necessidade, às vezes acham que não tem... [Dizem:] “Ah, mas eles têm terra”... Temos terra, mas a terra [é] só apenas para a gente usufruir de acordo [com a] nossa tradição, de acordo com o nosso costume... Então, a gente precisa hoje de outros elementos para sobreviver. Por exemplo, a questão da alimentação, para a gente ter suporte. As crianças que vão para a escola, hoje, aqui no Brasil: a escola exige que você compre material didático, material escolar, uniforme, roupas, tênis, e outras coisas... E como é que a comunidade local, que vive, sobrevive, só do seu costume tradicional...? Eles não têm grana para comprar essas coisas. Então, é muito difícil para a gente sobreviver nessa educação escolar e [na] educação tradicional. Ela é muito embate, muitas das vezes são embates. Todo esse espaço que deveria se fortalecer para apoiar a cultura e a língua seria muito importante.

Claro que existe lei que fala, que trata sobre isso. Por exemplo, hoje no Brasil existem as leis que falam que a escola indígena tem de ser diferenciada, específica, bilingue, intercultural e também comunitária. No papel ela é muito bonita, mas na prática é que é a questão. Porque para você praticar isso, [isso] requer movimento de várias pessoas: não é só o da gente, isso não depende só da gente; isso depende também dos gestores, depende da própria instituição que tem de se organizar.

Por exemplo, a gente bilingue precisa [de] produzir o nosso material didático próprio. Se a gente vai seguir de acordo com a nossa especificidade, de acordo com o nosso sistema diferenciado bilingue, a gente precisa produzir material didático que nos ajuda para trabalhar na escola. E muitas das vezes não tem verba para isso. Como é que a gente produz isso? A gente não tem condições de produzir o material, filmagem, gravador... E precisa também de outras tecnologias para continuar produzindo material didático de várias formas. A gente precisa, claro, das tecnologias para produzir esse material, só que muitas das vezes não tem nem internet na escola. A maioria das escolas não tem internet. E como é que os professores se vão reformando, quer dizer, vão fazendo essa formação contínua, se não tem nem acesso às informações de fora? Hoje a gente precisa ter informação e, muitas das vezes, na maioria das escolas, não existe internet, não existe nada, às vezes não tem nem computador, não tem nada.

Então isso é muito difícil, e isso já vem do processo de [há] muito tempo. Eu não estou dizendo que é ruim... Claro que existem várias conquistas de vários séculos, de lutas que nós conquistamos de acordo com o nosso sistema, para que a escola continue respeitando o nosso costume, língua... Mas requer outros equipamentos, que precisam estar ali para garantir o nosso desenvolvimento como avanço... para a gente expor o nosso conhecimento. Então eu acho que é isso. Eu falei muito ... eu estou dando alguns exemplos básicos que eu conheço...

TM: Seria interessante, Sandra, entender um pouco sobre o trabalho que você tem desenvolvido no Museu de Arte do Rio e no Museu de Arte de São Paulo (MASP), sobre o qual a Luísa esboçou uma ou duas perguntas. Se tiver ainda um pouco de tempo para dar um pouco a noção sobre esse trabalho curatorial, seria muito bem-vindo. Luísa...

LC: Sim, as perguntas relacionam-se com o facto histórico da Sandra ser a primeira mulher indígena a ocupar um cargo de curadora num museu no Brasil, no MASP. Na história das lutas indígenas e do seu enquadramento institucional (que teve como marcos o Serviço de Proteção do Índio, criado em 1910; a sua substituição em 1967 pela Fundação Nacional do Índio, onde se insere presentemente o Museu do Índio/FUNAI; a Constituição de 1988), qual julga ser o significado histórico desta nomeação, sobretudo na atual conjuntura política do Brasil?

A outra questão relaciona-se com a sua atividade como curadora. Numa exposição realizada no Museu de Arte do Rio em 2017/2018 e intitulada *Dja guata porã/Rio de Janeiro indígena*, e da qual a Sandra fez parte da equipa curatorial, contactaram várias comunidades indígenas e tentaram fazer uma história diferente do Brasil. Agora no MASP há um projeto, envolvendo uma exposição e programação (que seria para 2021, não sei se com a pandemia se mantém), que se chamaria *Histórias indígenas*. Por um lado, gostávamos de ouvir um pouco como será o processo de construção desta exposição, se vai envolver várias comunidades indígenas como a exposição que fez no Rio; por outro lado, o que é que gostaria de alcançar com estas exposições?

SB: Então... Eu vou por partes... No caso do Rio de Janeiro, para a exposição *Dja guata porã/Rio de Janeiro indígena*, eu fui convidada para participar como co-curadora de uma equipe de quatro curadores. Eu fui convidada, eu fiquei muito feliz, eu não sabia, não tinha noção [de] o que é que era o papel de curador, de curadora de arte. E aí eu falei: “Eu vou.” Aí eu cheguei lá, nós conversámos, e nós começámos a entender como é que seria essa exposição. Eu acredito que, resumindo muito resumidamente, essa exposição me deu uma experiência de observar, de refletir, de compreender o momento que a gente estava vivendo... O que é que foi importante dessa exposição? Eu acredito que, primeiro, as instituições precisam negociar com essas comunidades que vão estar presentes naquele espaço, ou como objecto, ou como canto, como... Porque a arte, a exposição, ela foi discutida para estar presente... Seria [uma] exposição de arte indígena, mas só que para discutir a exposição, [para] discutir a arte indígena, sempre vamos discutir o processo histórico. E aí o que é que acontece? Primeiro, nós tivemos conversas entre curadores e depois [entre a] equipe — também teve a equipe que trabalhou com a exposição, que montaram, esses profissionais que trabalharam com a exposição, foi muito importante porque a gente conversou entre nós.





Vistas da exposição *Dja guata porã/Rio de Janeiro indígena*, MAR, 2017-18 | Fotos: Alexandre Araújo.

E o que é que eu trago para eles? Eles me chamaram exatamente para falar, para pensar a arte a partir da perspectiva indígena, junto com profissionais que já são também curadores. E aí começamos a questionar, a discutir entre nós, o que é que cada um pode contribuir com a sua experiência ou dentro daquilo que você tem dentro da [sua] própria habilidade. E aí nós fizemos uma reunião. Na verdade, primeiro decidimos levar a proposta do Museu de Arte do Rio [à comunidade], [e] depois escutamos a própria comunidade, a proposta da comunidade. E aí nós tentamos equilibrar a proposta da comunidade e a proposta do Museu, para a gente fazer a exposição mais equilibrada, mais sustentável, digamos assim. Eu acho que essa ideia funcionou muito bem. Nós chamamos artistas indígenas. Tudo foi muito importante para a gente porque houve muito diálogo, houve muita escuta, houve muita negociação. Eu acho que isso foi muito importante, essa ideia da exposição. Tornou-se uma exposição grande que conta a história do Rio de Janeiro, porque na verdade a exposição era sobre os indígenas do Rio de Janeiro, mas entraram também outras formas.

E aí a gente juntou pesquisas, pesquisas dos parceiros, porque é importante hoje a gente ter parcerias: parcerias com os museus, parcerias com os pesquisadores, indígenas, curadores, artistas indígenas... Nós juntamos toda essa obra de vários com o que estava ali acordado, discutido com a equipe — a gente começou a fazer essa exposição. Foi muito tenso, não foi fácil. Foi um desafio muito tenso, mas no qual a gente aprendeu muito. Eu acho que a gente tem sempre [de] estar aberto para aprender e também estar aberto para lidar com o imprevisto... Eu acho que por isso é que é importante a negociação, para você lidar com o imprevisto, porque muitas das coisas às vezes você pensa, [mas] chega lá e não é assim. Por isso a gente tem de ter sensibilidade. Eu estou falando a gente enquanto curadores, enquanto instituição, enquanto equipe de pesquisadores, enquanto parceria... É importante sempre estar aberto a essa sensibilidade de saber lidar com o imprevisto. Eu acho que isso é uma das coisas que são muito importantes, [independentemente de se tratar] do mundo da arte, do mundo da história, do mundo... Em qualquer área e qualquer instituição, eu acho que isso é muito importante.

Eu acho que é isso um pouco a minha experiência no MAR [Museu de Arte do Rio]. E quando eu estava no MAR, a gente fez esse trabalho todo, [pela] primeira vez eu fui chamada, os curadores foram convidados pelo MASP [Museu de Arte de São Paulo] para um seminário que falava sobre história indígena. E aí os meus colegas que trabalharam comigo na curadoria falaram para mim: “Ah, vai você. Você é melhor do que nós, porque você é indígena e você vai falar sobre essa experiência, [sobre a] nossa experiência, representando a nossa exposição.” Aí eu fui... A primeira vez eu fui para o MASP, para o seminário, apresentei a minha fala, fiz [a] apresentação. Depois, num segundo momento, eu fui convidada de novo, e aí eu fui convidada três vezes. Na quarta vez que eu fui, eu fui em novembro [de 2019], e depois eu fui em fevereiro de 2020, no começo da pandemia, [falar sobre a] história da dança. Mas isso [foi] já

depois da minha presença como curadora no MASP. No final de 2019, quando fiz a última apresentação sobre história indígena, é que fui convidada pelo diretor do MASP para fazer parte, como curadora adjunta, [de uma exposição] que iria acontecer sobre a história indígena. A pesquisa seria em 2020, no ano passado, e a exposição seria em 2021. Mas, como houve a pandemia, foi adiada para 2023. O que é que a gente pensou? Num primeiro momento eu fiquei muito... eu fiquei um pouco preocupada, se eu vou ou não vou, porque eu não tinha ainda muita noção: o que é que seria... A importância de... O que é que seria que eu tinha de apresentar nesse espaço? Porque são 305 etnias, 274 línguas e, fora aldeado, também hoje existe o que a gente chama de indígena do contexto urbano, que mora na cidade. Eu não posso excluir esses indígenas que moram na cidade, eu preciso falar sobre eles também. Então isso era um desafio e eu fiquei um pouco com sentimento de medo. Eu falei: “Será que eu posso fazer, será que eu posso assumir, será que eu tenho condições de falar sobre...” Eu fiquei pensando quando recebi o convite. E aí eu liguei para alguns amigos não indígenas, liguei para alguns indígenas também, que são artistas, que são pessoas de luta, meus companheiros de lutas... Aí nós conversámos e aí eles falaram para mim: “Eu sei que você não pode fazer nada, [ou] muita coisa, mas é importante a sua presença nesse espaço. Eu acho que é importante ocupar esse espaço, como a gente ocupa a Universidade. A gente não faz mudança de muita coisa, mas a gente questiona determinadas coisas.” Então, eu acho que é nesse sentido que eu fui, que eu ocupei, que eu criei coragem, que eu falei: “Eu vou.”

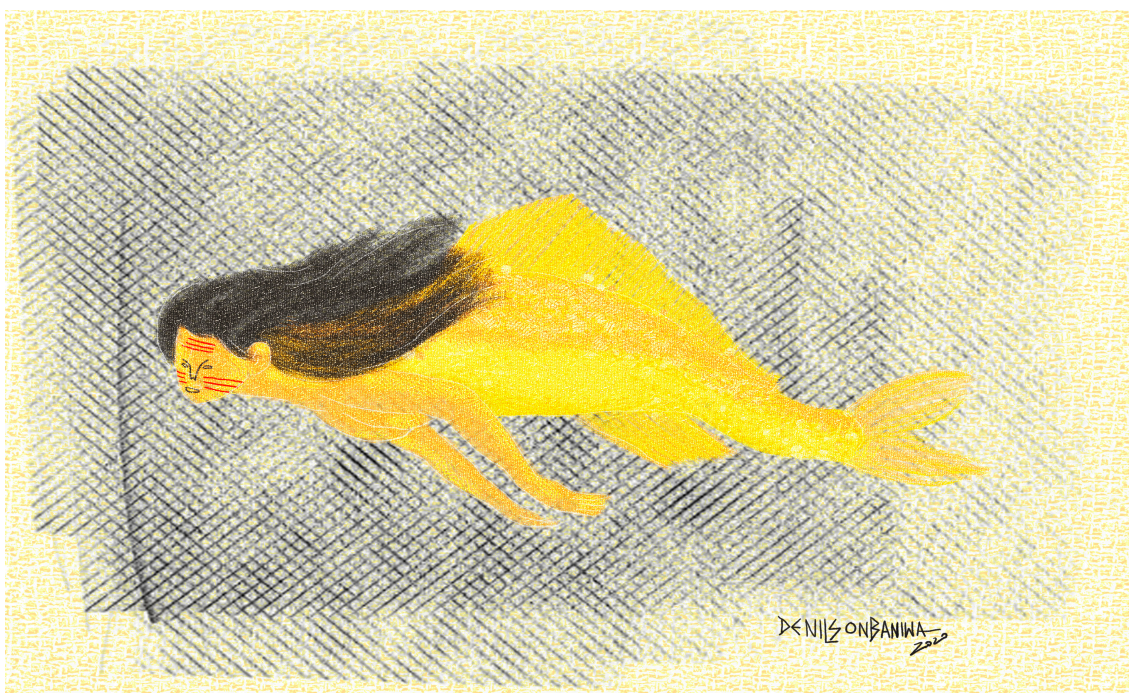
Eu cheguei e aí eu fui e falei: “Olha, primeiro, eu não sei falar Inglês [risos]... Eu sei que no MASP existem várias exposições, vários artistas, e a gente tem de lidar com várias línguas. Eu falei: “Eu não sei falar Inglês, mas a gente pode negociar, porque existem várias outras pessoas que sabem falar inglês, que a gente pode... vai-se falando.” Eu me senti acolhida pelas equipes: as equipes foram sensíveis em/para me receber/ao receber-me, [com o facto] de a gente trabalhar junto; vários artistas, vários curadores, várias pessoas que trabalham no museu — fui bem recebida por essa equipe. Eu acho que é importante isso: a gente se sentir bem acolhida onde a gente está. Não adianta estar lá só para brigar, só para afrontar, aí eu não gosto. Eu falei assim: “Eu quero ser bem acolhida”. E eu fui bem acolhida.

A gente ia começar a desenvolver o trabalho quando veio a pandemia, e então a gente parou tudo. A gente se fala virtualmente, por telefone, por email... É mais ou menos nisso que a gente está hoje. Para concluir minha fala sobre a pergunta... Quando eu pensei articular o que seria a exposição... Em primeiro lugar, eu tive de pesquisar, observar, escutar os próprios indígenas, como eles se estão organizando, para eu poder dizer: “Olha, eu tenho que fazer dessa forma.”

Eu acredito que a gente tem de discutir a história indígena. Ela tem dois aspetos que têm de ser discutidos. Primeiro, o processo da colonização — isso não pode ser deixado por discutir. E em segundo, a história indígena: a gente tem de falar sobre [e] a partir da visão indígena, como todos os indígenas contam, como é que tratam sobre a origem do mundo. Essa visão indígena, ela é necessário que esteja presente em

todos os espaços, porque esse é o processo dessa narrativa que os indígenas contam, é uma explicação exatamente como eu falei no começo. Eu falei como [é] que eles explicam o mundo e isso é uma sabedoria: cada um tem uma forma de contar, mas todo o mundo fala sobre essa visão, essa perspectiva, da visão de mundo. Eles vão explicar como é que a gente tem de continuar, vão explicar [também] (sobre) a questão dos mitos: vão falar como é que surgiu o céu, como é que surgiram os rios, como é que surgiu o tempo... Tem todas essas explicações para eles explicarem para a gente. É uma forma de processo educacional, na verdade. É um processo educacional para as gerações novas, e assim [por] diante, que a gente vai seguindo. E isso é muito importante, o que leva a gente a ser, a ficar alegre. A gente pensa: a sede de aprender, essa sede de a gente procurar entender através dessa(s) narrativa(s).

Existem artistas que trabalham com esses aspetos, a maioria dos artistas indígenas trabalha nesses aspetos, na verdade, na partilha dessa narrativa. Por exemplo, o Denilson Baniwa é um artista que faz... Nas obras que pinta, ele faz várias formas. Eu lembro que recentemente, no ano passado, publicou na rede social dele, traduzindo, por exemplo, como seria “peixe-mulher”. Ele explica essa questão, “peixe-mulher”... Lobo seria um jovem... Então ele foi tentando trazer essa [ideia], traduzir essa ideia da população indígena...



Denilson Baniwa, *Aquela gente que vira bicho* — Pirá Tapuya, 2020.

[Outro] exemplo que eu vou dar: urubu. Para nós Guarani, o urubu é muito importante. Porquê? Porque tem uma história, uma narrativa que os mais velhos contam, que fala que quando o urubu era uma pessoa era muito sábia. Diz que era uma pessoa muito sábia, só que por conta/por causa da atitude, digamos, equivocada, ele se tornou urubu. Por isso é que muitas aldeias guarani (eu estou falando no que eu tenho entendimento) têm urubu em casa. Quando eu fui em Paraty, aqui no Rio de Janeiro, fui numa aldeia, eu cheguei e aí encontrei dois urubus na aldeia circulando, como se fosse um bichinho de estimação. Aí o que é acontece? As pessoas ficam perguntando “o que é que o urubu está fazendo aqui?” O urubu estava lá e é um sinal de proteção para nós Guarani. O urubu seria uma proteção de doenças, porque, segundo a explicação dos mais velhos, o urubu resiste a muitas coisas. Então, é um sinal de que o urubu, digamos, protege das doenças ruins a nossa aldeia, a nossa comunidade, quando a gente tem esses urubus na comunidade.

Então, é essa narrativa que eu quero trazer para a sociedade. No MASP eu queria trazer esses dois aspectos de história, essas narrativas. Tratar dessas questões é tratar sobre território, território-espaço, território-seres da terra. É tratar sobre as águas do rio, os animais. Então é muito mais gostoso você trazer essa narrativa através desse formato, através da narrativa, através dessa explicação do surgimento do mundo, quem era urubu, quem era tatu, quem era peixe... Dessa forma a gente vai explicando e [são] esses aspectos que eu queria trazer, quer dizer, que eu vou trazer no MASP em 2023. Já está planejado, já está organizado. Eu já fiz a lista de qual artista que vai estar, a obra desses artistas que vai estar, e responde a essas narrativas, na verdade. O projeto será isso.

TM: Para finalizar, seria muito interessante entender um pouco esse processo de pesquisa na curadoria da arte indígena. Já que você diz que você escolheu todas as obras e que tem a lista das obras, seria interessante talvez você relatar um pouco como foi esse processo de pesquisa e como a exposição vai ser mais ou menos estruturada. Isso é uma pergunta, e depois a Luísa tinha esboçada outra pergunta que acho que também está ligada com isso: as próprias categorias de arte, museu ou exposição devem ser “estrangeiras” a um povo como os Guarani. Como irá dialogar com elas e negociá-las num lugar como o MASP?

SB: Então... esse processo não foi fácil. Foi uma forma de observação. Como eu participo em vários eventos, [observo] como [é] que está sendo hoje o próprio brasileiro, como [é] que está esse movimento da população indígena hoje. A partir da minha observação e a partir da minha curadoria, que eu fiz também, por exemplo, no Sesc [Serviço Social do Comércio] – Ipiranga, que é um privado. É um museu, mas é um lugar [em] que eu fiz parte também de alguns trabalhos de curadoria, em algumas exposições que iam acontecer, mas que não aconteceram também por conta da pandemia, está tudo parado.

Então, nós fizemos várias pesquisas antes, enquanto curadores. Nós viajamos nas aldeias, antes da pandemia. Na verdade, esse trabalho foi feito para o Sesc, mas essa experiência que eu trago, para mim, isso me ajudou a pensar também em outros

locais, no caso [o] MASP. E eu já tinha algumas observações desses artistas, dessas obras, que eu posso levar [para] esses espaços. O MASP não vai só fazer uma exposição só sobre indígenas brasileiros, vai também [trazer indígenas/artistas/visitantes] estrangeiros. Por isso é que [ainda] não aconteceu, porque tem de [se] transportar obras. Nesse momento não é um momento bom para trazer a obra, para transferir a obra. Existem várias outras burocracias, que são um pouco mais delicadas, e esse não é um momento bom. Por isso [o projeto] foi adiado para 2023. Esse processo de escolha [foi, na verdade, pensar nesses artistas exatamente fazendo a conexão com essas] narrativas. Quem é que está fazendo essa obra? Quem é que pode aproximar essa obra com essa narrativa da mitologia? A gente não fala mitologia, mas, como *juruá*, eu tenho que falar do mito [risos]. Quem são esses parceiros que falam sobre esse processo da colonização? Eu já tenho alguns nomes de não indígenas que fizeram pesquisa sobre o Rio de Janeiro, por exemplo sobre os Arcos da Lapa. Os Arcos da Lapa [aqueduto no Rio de Janeiro], que é famoso no Rio de Janeiro, foi feito pelo escravo indígena, e isso não está registrado em lugar nenhum. Ela fez um trabalho em cima disso, então, por todas essas questões, ela é necessária para mim hoje: para fazer essa conexão que eu quero propor nessa exposição. Então é mais ou menos isso. Foi o que eu pensei... É isso. [risos]

LC: Foi um enorme prazer ouvir a Sandra, aprender com a Sandra. Muito obrigada pelo seu tempo e pela sua fala, que nos ensinou imenso.